

Luísa Marroni*

“Portugal não é um país pequeno”. A lição de colonialismo na Exposição Colonial do Porto de 1934

R E S U M O

A Exposição Colonial Portuguesa realizada na cidade do Porto, em 1934, visava todo o tipo de públicos, incluindo não letrado. Na linha de sucessão de outras congéneres realizadas na Europa (Marselha, 1922, Antuérpia, 1930, Paris, 1931), o evento português veicula mensagens com duplo sentido; para dentro o país, como valorização da dimensão civilizadora do projecto colonial, para o exterior, a demonstrar a inflexível defesa do projecto colonial e a pressa em educar a população metropolitana para o designio e vasto Império Colonial Português. A Exposição orientava-se para uma «lição de colonialismo», pelo sensorial, reconstituindo aldeias e imagens dos humanos nelas (como zoológicos humanos).

Este artigo pretende apresentar apontamentos da Exposição Colonial Portuguesa merecedores de análise quanto à função didáctica tentada para transformação da sociedade portuguesa, num momento específico da história social e política do país, e quanto ao significado no seio de uma geração nacionalista que emerge. Pretende recensear algumas das estratégias empregues, vistas sob o prisma do conceito de pedagogia cerimonial (Schriewer, 2009), recursos aplicados com fins didácticos (espaços, arquitectura e escultura, mensagens, diaporamas, cerimónias evocativas e outros) para a lição de colonialismo.

Palavra-chave: Exposição Colonial Portuguesa. Pedagogia Cerimonial.

A B S T R A C T

The Colonial Exhibition held in city of Porto in 1934 had as one of its main purposes cover all types of audiences, including non-literate. The exhibition (held in the Crystal Palace Gardens), in line to other similar events held in Europe (Marseille, 1922, Antwerp, 1930, Paris, 1931), allow to communicate messages double meanings: to inside in the country (defending the kind civilizing the colonial project, social stability achieved by the New State and a large Portugal territorial) and to the other colonial powers. It was attempted to thus demonstrate a uncompromising defense of the colonial project and the need to "educate" the population of the metropolis. Also attempted to thus reconstruct an image of Other and make it known, for the portugueses of metropolis, as if it were a human zoo. Perhaps a transformation of Portuguese society was tested through the public space (Schriewer, 2009), settling in myths, ceremonies, and visual representations.

Keywords: Portuguese Colonial Exhibition; ceremonial pedagogy.

* Mestre em História e Educação pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP).

1. Introdução

O texto que se apresenta percorre discursos relativos à preparação e concretização da exposição colonial portuguesa, realizada no Porto, em 1934, a qual foi considerada por mentores e executores como tendo carácter nacional e por se concretizar no tempo certo, anotando referências relativas à conveniência da concretização da cerimónia para, através do espaço público, dar uma *lição de colonialismo*. O evento português evidencia aspectos característicos da relativa homogeneidade nos modos como foi produzida (se confrontada com outros eventos anteriores) e legítima diferenças que serão anotadas considerando espaço e tempo como parte do desenvolvimento e disseminação do *projeto colonial*.

Combina abordagens da história cultural na decomposição da representação da exposição no espaço e no tempo, na forma da celebração e natureza do evento, da história social na análise das fontes aplicadas às ações e às estratégias adotadas (para dar a conhecer as colónias ao visitante e para demonstrar a importância do evento e das colónias nele representadas), com abertura suficiente para conter aproximação a outras áreas. Interpela as estratégias arquitetadas, quanto à sofisticação do método e quanto à forma encontrada, para introduzir mudanças na sociedade portuguesa da época (ruptura com o passado), enquadrando com o conceito instrumental da unidade de análise *pedagogia cerimonial*² analisada pela vertente cultural quanto à relevância do conjunto de estruturas simbólicas, espaços, representações sociais, bem como de indivíduos e grupos de indivíduos comprometidos com a mudança pretendida e para a re-socialização da sociedade.

O artigo provém de um projeto de investigação encetado³ e utiliza parte das fontes daquele, especificamente, o Boletim da Agência Geral das Colónias⁴, “Primeira Exposição Colonial Portuguesa”, o Livro, Descrição e Roteiro, Relatório e Contas, Álbum Comemorativo, Regulamento Geral que inclui objectivos, organização, disposições oficiais⁵, algumas edições do jornal Comércio do Porto (a edição de 2 de Outubro de 1934, descreve o encerramento da Exposição Colonial, retratando). Considera um conjunto de trabalhos académicos e obras impressas que foram sendo consultados sobre exposições internacionais, e abordagens nacionais de âmbito etnográfico, antropológico, museológico, de arquitectura que destacam a exposição colonial portuguesa de 1934, referências que serão devidamente incluídas neste texto como bibliografia.

² Jurgen Schriewer, «“Ceremony Pedagogy” in Revolutionary Societies: Public Staging and Aesthetic Mass Inculcation in Meiji Japan, the early Soviet Union and Post-1910 Mexico» in *Remodelling Social Order Through the Conquest of Public Space: Myths, Ceremonies and Visual Representations in Revolutionary Societies*, ed. Jurgen Schriewer (Leipzig: Leipziger Univ. – Verl., 2009).

³ Curso de doutoramento em História, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, por concluir.

⁴ Boletim Geral das Colónias, números 86-87; 100; 102; 103; 104; 106; 107; 108; 109; 110-111; 118; 121, anos de 1932 a 1935, publicação mensal com excepção dos meses de Agosto e Setembro que constituem um único volume.

⁵ Decreto n.º 22.987, de 28 de Agosto de 1933.

2. A Exposição

A 1.^a *Exposição Colonial Portuguesa* realizou-se no Norte de Portugal, na cidade do Porto, espécie de junção entre o urbano e o rural⁶, fomentada pelo governo central e contou com apoio local. A primeira exposição portuguesa, oficialmente patrocinada, propunha-se ser uma forma prática de mostrar a ação colonizadora portuguesa, a extensão territorial e os recursos e as atividades económicas do Império⁷. A direção técnica foi entregue a um antigo oficial da carreira militar, Henrique Galvão⁸. Contou com o empenho e apoio financeiro do Grupo Pró-Colónias do Porto (grupo que havia sido constituído em 1930). Na divulgação, o evento contou com o apoio do Bispo do Porto e de grande parte do clero do norte, e outros intervenientes⁹ todos empenhados unanimemente em fazer «ressurgir» uma «política colonial» e «restabelecer» «finalidades imperiais dessa política¹⁰».

Estabelecida no edifício do Palácio de Cristal e jardim envolvente¹¹, a exposição durou três meses e meio – desde 16 de Junho a 30 de Setembro de 1934 – culminando com a realização de um cortejo alegórico¹² que percorreu as ruas da cidade do Porto, desde a foz do Rio Douro até ao Jardins do Palácio de Cristal¹³. Enquanto decorreu, foram assinalados *dias marcantes* da História de cada Colónia enfatizando o carácter educativo. A Exposição originou idealização e construção de cartazes, monumentos, realização de filmes, edição de teses, livros e álbuns, materializados objectos promocionais (como cartazes, postais¹⁴, selos¹⁵, pisa-papéis, cinzeiros,

⁶ A exposição constituiu fenómeno urbano. No século XIX, a escolha do espaço para localização das exposições foi motivo de debate, considerando as infra-estruturas que resultavam para as cidades (como o metro de Paris, em 1900) sendo menos onerosas as que se realizam na periferia. A escolha do Palácio de Cristal do Porto, implicou melhoramentos no espaço. No evento português, enfatiza-se a junção do urbano e do rural para divulgar e defender o império desconhecido «(...) Desde o professor grave (...) até ao camponês iletrado e ingénuo (...)», «(...) o dia em que a cidade e o campo se deram as mãos para, fraternalmente, aclamarem o nosso esforço colonizador, a nossa alta missão civilizadora...», cf. "Livro da 1.^a Exposição Colonial Portuguesa", (Porto, 1934), 4-9.

⁷ "A exposição será organizada com critério essencialmente prático, mostrando a extensão, intensidade e efeitos da ação colonizadora portuguesa, os recursos e actividades económicas do Império e as possibilidades de estreitamento de relações comerciais entre as várias partes da Nação" (artigo 2.^o, do Decreto n.º 22.987, de 28 de Agosto de 1933).

⁸ Henrique Galvão, um oficial da carreira militar (saído do sidonismo que em 1929) foi nomeado governador de uma província de Angola. Foi responsável por alguns eventos de promoção colonial realizados na década de 30 do século XX, incluindo as «Feiras de Amostras Coloniais» concretizadas em 1932, em Luanda e Lorenzo Marques.

⁹ Excursões ferroviárias – organizadas pela CP, provenientes de vários pontos do país chegaram ao Porto (Grande Excursão Nacional) registando milhares de passageiros –, e rodoviárias – organizadas por entidades várias do Norte do país (e também da Galiza), muitas das realizadas aos Domingos partiam do apelo feito na missa pelos párocos.

¹⁰ "Livro da 1.^a Exposição Colonial Portuguesa", (Porto, 1934), 4.

¹¹ O Palácio de Cristal estava votado ao abandono antes do evento, tendo sido recuperado para o efeito.

¹² O cortejo alegórico do «Império colonial» português continha retratos e alegorias de episódios e figuras da história do país (Descobrimientos) e da actualidade, com destaque para exemplares de produtos, de animais e humanos das mais de vinte regiões do país (metropolitano e colonial).

¹³ "1.^a Exposição Colonial Portuguesa", *O Cortejo Colonial. Descrição e Roteiro*, (Porto, 1934), 3.

¹⁴ Postais com motivos das colónias, da empresa gráfica Lito Invicta, Lda.

¹⁵ Uma série de selos emitidos pelos Correios portugueses, com a representação de busto indígena, desenhados por Almada Negreiros e Arnaldo Fragoso.

medalhas, pratos, taças e peças com miniaturas¹⁶), bem como, produzida e difundida vasta descrição geográfica, económica, demográfica de cada colónia. Realizaram-se concursos, congressos, romagens, provas desportivas, excursões (incluindo excursões de escolares), culminando num acontecimento que registou a presença de *ilustres* visitantes¹⁷, e de outros menos ilustres, que a estatística contabiliza em um milhão e trezentos mil visitantes (1.300.000)¹⁸, o que configura um número assinalável.

A exposição apresentava-se constituída por secção oficial e secção particular. A secção oficial organizada por quinze áreas ou temas (história da obra colonial portuguesa, representação etnográfica, representação militar, monumentos, parque zoológico, teatro oficial, cinema oficial, informações, correios e telégrafos, livraria colonial, socorro e assistência aos indígenas, sala de exposição de arte, conferências e congressos, posto de provas de produtos coloniais, cantina), e diferenciados produtos e produtores completavam a secção particular. António Medeiros designa-a como «exercício autoritário de pedagogia imperial e nacionalista» e, citando Fernando Rosas (1996), considera visível e em grande escala o ensino e a exaltação do império propostos como factos de legitimidade incontestável para todos os contemporâneos – procedimentos pedagógicos veiculados em representações encenadas (exposições, dioramas, cortejos) a «exposição e os seus conteúdos ideológicos para o consumo e doutrinação mais eficazes das massas visitantes»¹⁹.

O director técnico da Exposição, Henrique Galvão²⁰ refere, *à posteriori*, que a exposição ocorre no «momento próprio²¹» com cunho imprescindível. Cita que se realizou com «bastante soma de elementos para convencer os mais renitentes, com bastante originalidade de processos para ensinar os menos letrados e os próprios analfabetos²²».

A exposição colonial realizada em 1934 servia assim o pressuposto de combater a ignorância da população metropolitana em relação aos domínios ultramarinos, destinada a educar os portugueses (letrados e iletrados) sobre os assuntos coloniais e projeto imperial.

¹⁶ A fábrica da Vista Alegre produziu peças para a Exposição, como pratos e taças decorados motivos diversos, com predomínio para a representação de elefantes (mascote), a representação da fachada da Exposição, de produtos coloniais e outros, em alguns casos com identificação do evento no verso.

¹⁷ A título de exemplo, a secção portuguesa «Informações e Notícias» do “Boletim Geral das Colónias”, de Agosto / Setembro de 1934, regista a presença de «O Príncipe de Gales na Exposição Colonial do Porto». Outras individualidades deixaram autógrafos atestando a sua presença no evento.

¹⁸ “Livro da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa”, (Porto, 1934), 4.

¹⁹ António Medeiros, “Primeira Exposição Colonial Portuguesa (1934). Representação Etnográfica e cultura popular moderna”, in *Vozes do Povo. A Folclorização em Portugal*, Capítulo 6, orgs. Salwa El-Shawan, Jorge Freitas Branco (Oeiras: Celta Editora, 2003), 158.

²⁰ Henrique Galvão foi um dos principais defensores do termo «império» como refere Yves Léonard, “O Império Colonial Salazarista” in *História da Expansão Portuguesa*, Volume 5, *Último Império e Recentramento (1930-1998)*, eds. Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri (Lisboa: Temas e Debates, 2000), 10-30.

²¹ «Nem mais cedo teria sido possível levá-la a efeito nem para mais tarde conviria adiar um acontecimento que a nossa posição e espírito de nação colonial exigiam que se desse», em “Livro da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa”, (Porto, 1934), 8.

²² Henrique Galvão, (1935). “Primeira Exposição Colonial Portuguesa”. *Relatório e Contas* (Lisboa: Divisão de Publicação da Agência Geral das Colónias, 1935), 14.

Como exibição de assuntos coloniais este não foi o primeiro evento do género. Sucede a outros projetos anteriores de exibição (*amostras*) dos recursos materiais e humanos²³ das colónias²⁴, incluindo na própria cidade do Porto²⁵. Não sendo inovadora, serviu de ensaio para outros eventos ulteriores, designadamente, a Exposição Histórica da Ocupação realizada em 1937 e destas para a Exposição do Mundo Português, em 1940.

Nos pressupostos para a realização da exposição colonial portuguesa verificam-se referências à oportunidade da realização (“tempo certo”) e fins determinados (“lição de colonialismo”), como que sendo concebida para um *momento oportuno* e com fins pedagógicos. Na concretização, combina um conjunto de meios, dispositivos organizados ou adaptados para veicular informação escrita ou sensorial que possibilitam conceptualizar o significado do evento no seio de uma geração nacionalista em formação, para a sobrevivência e reforço da ideia e política imperiais (no século XX) mas, sobretudo, como base política e ideológica da construção da unidade nacional, ou, usando um conceito da época, de «ressurgimento imperial²⁶».

A realização deste evento colonial em 1934 surge anacrónico face às congéneres europeias. Das exposições que ocorrem, sobretudo, em finais do século XIX e inícios do século XX, poucas se afirmaram exclusivamente pela temática colonial²⁷. Destas, destaca-se, neste artigo, o evento francês realizado três anos antes, em 1931, a Exposition Internationale Coloniale realizada em Vincennes, Paris, dada a temática, a proximidade cronológica dos dois eventos e, ainda, pelas relações patentes nas duas realidades. Parece evidente que a exposição francesa tenha servido de exemplo²⁸, pese embora Henrique Galvão afirme distanciamento²⁹.

Na década de noventa do século XIX os industriais portugueses defendiam a *complementaridade dos mercados* metropolitano e ultramarino, no século seguinte, com a crise económica verificada nos finais dos anos vinte, o mercado colonial apresenta-se como tema de debate. O *renascer* do interesse pelas questões e mercados coloniais, redobra após o golpe

²³ Veja-se a referência à «tabanca» (aldeia indígena) da Grande Exposição Industrial Portuguesa, realizada em 1932, em Lisboa, na qual foram exibidos alguns *fulas* trazidos a Lisboa para o efeito, uma interessante descrição do escritor guineense, Fausto Duarte, em Leonor Pires Martins, *Um Império de papel. Imagens do Colonialismo Português na Imprensa Periódica Ilustrada (1875-1940)* (Lisboa: Edições 70), 166.

²⁴ Maria Isabel João, “Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)” (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2002), 358-377.

²⁵ A Exposição Insular e Colonial Portuguesa, realizada no Porto, em 1894, no espaço do Palácio de Crystal.

²⁶ “O ressurgimento colonial é um capítulo do movimento nacional de ressurreição e de resgate em que o Sr. Presidente do Ministério tão valorosamente e dedicadamente nos lançou”, em “Primeira Exposição Colonial Portuguesa” em *Relatório e Contas* (Lisboa: Divisão de Publicação da Agência Geral das Colónias, 1934), 12.

²⁷ B. Schroeder-Gudehus, A. Rasmussen, “Les faustes du progrès. L’Expositions Universelles 1951 – 1992” (Paris: Centre de l’Histoire Urbaine, Farmmasion, 1992); Cristina Pimentel, “O sistema museológico português (1833-1991)” (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Lisboa, 2005); J. Mimoso Moreira, “As nossas representações coloniais no estrangeiro” in *O Livro da Exposição. 1.ª Exposição Colonial Portuguesa* (Porto, 1934), 17-21.

²⁸ “A Primeira Exposição Colonial Portuguesa é filha de um pensamento de política Imperial que, na larga e brilhante representação portuguesa na Exposição Internacional de Paris teve a sua realização inicial”, em Henrique Galvão, “Álbum Comemorativo da Primeira Exposição Colonial Portuguesa” (Porto, Litografia Nacional, 1934), 7.

²⁹ «Não imitámos pois – procurámos, pelo contrário, fugir a qualquer semelhança (...)» “Primeira Exposição Colonial Portuguesa” in *Relatório e Contas* (Lisboa: Divisão de Publicação da Agência Geral das Colónias, 1934), 16.

militar de 28 de Maio de 1926. Os factores económicos e políticos³⁰ e a experiência adquirida com a participação portuguesa nas diversas exposições internacionais (algumas de cariz colonial³¹), ou com celebrações³², congressos e exposições³³ e outras festividades, parecem ter funcionado como estímulo para a produção de um evento colonial, à escala da nação, que apresenta semelhanças com a exposição de Paris, em 1931³⁴.

Para a concretização do evento colonial portuense conjugaram-se diversos esforços procedentes de agregados setoriais diferentes e, mesmo, concorrentes³⁵ na região. A Associação Industrial Portuense apoia financeiramente o evento promovido pelo Movimento Pró-Colónias, com sede na Associação Comercial do Porto, então liderada por António Calém, subscrevendo parte do capital da sociedade anónima criada para o efeito e participando em diversos eventos³⁶. A Exposição Colonial agregou duas associações sectoriais (comercial e industrial) do Porto.

A preparação da Exposição Colonial do Porto não foi resultado do *improvisado* (descrito como habitual na época). Concluída a participação portuguesa na exposição francesa, surgiram artigos na imprensa escrita defendendo a necessidade do país realizar um evento similar, à escala nacional, com considerações e sugestões quanto ao tipo de certame e aspectos a ter em conta com a respectiva organização³⁷. Foram promovidos vários congressos e colóquios sobre

³⁰ As décadas de vinte e trinta do século XX são determinantes em termos de acontecimentos na Europa. E em Portugal, no período de 1926 a 1933, sucedem episódios que parecem ter contribuído para o processo de decisão e posterior concretização da Exposição, especialmente, os que servem para reforçar o poder central: internamente, a constituição da organização política oficial – União Nacional – fundada em 1930, o Acto Colonial (Decreto n.º 18.570, de 8 de Julho de 1930) e a consagração do Acto Colonial e do Estatuto Nacional do Trabalho na Constituição de 1933 (vindo a substituir a designação de “províncias ultramarinas” por “colónias”). Externamente persistia a pressão exercida pela Sociedade das Nações para acabar com o trabalho forçado nas possessões ultramarinas portuguesas.

³¹ De 1851 até ao final do século, Portugal participou ou esteve representado em diversos eventos internacionais.

³² Efemérides do 28 de Maio de 1926, nos anos de 1930 e de 1933.

³³ Já no ano de 1934, em Lisboa, o I Congresso da União Nacional, no Coliseu dos Recreios e a Exposição sobre a Obra da Ditadura, organizada por António Sérgio.

³⁴ J. Mimoso Moreira, Chefe de Divisão de Propaganda e Publicidade, num artigo intitulado “Uma Exposição Colonial. Considerações e sugestões sobre a necessidade e organização”, referia o seguinte: «As recentes exposições internacionais em que Portugal se fez representar criaram naturalmente esta aspiração: depois das exposições, seguidas, em três anos, que fizemos no Estrangeiro onde gastámos importantes quantias, porque não repetimos no País essa demonstração, para conhecimentos dos portugueses que não puderam visitar esses certames?», in “Boletim Geral das Colónias”, (Lisboa, Agência Geral das Colónias, Agosto-Setembro, n.º 86-87, 1932), 53.

³⁵ Em 25 de Março de 1933, numa Assembleia-geral da Associação Industrial Portuense, o então dirigente, Francisco Xavier Esteves, afirma que «O problema colonial é neste momento fundamental para a vida da nação, dada a crise económica que atravessamos e as incertezas da política internacional, pois perante uma Espanha inquieta e sobressaltada e as outras nações europeias com uma grave crise interna, devemos meditar na nossa posição de país com domínios ultramarinos que carece, como a França, de viver dos seus próprios recursos. Hoje só é feliz o país que pode viver com independência, mantendo a sua autonomia económica e financeira (...)», argumentos com os quais exorta os industriais a acarinharem a exposição colonial portuguesa, que ser realizaria no ano seguinte, em Fernando de Sousa, Jorge Fernandes Alves, “A Associação Industrial Portuense. Para a História do Associativismo Empresarial, Associação Industrial Portuense” (Porto: Câmara do Comércio e Indústria, 1996), 149-153.

³⁶ *Ibidem*.

³⁷ “(...) Para o momento presente entendemos que seria de mais alto e proveitoso significado *mostrar* o que existe e se fez nas colónias neste último quarto de século (...).

temas coloniais³⁸. A ideia contou com o empenho do Ministro das Colónias e da Agência Geral das Colónias. Enquanto decorriam os trabalhos de recuperação do Palácio de Cristal e Jardins, o Ministro das Colónias visitou o espaço e o director técnico conduziu outros diversos convidados pelos espaços, dando a conhecer o projecto. As visitas e as informações que foram prestadas aos visitantes mereceram destaque na imprensa local, com apreciações acerca da utilização projectada para cada espaço, edificado e jardim envolvente, opções e propósitos³⁹. O tema da Exposição, em geral, mereceu destaque na imprensa escrita, antes, durante e após a respectiva realização.

2.1 As mensagens

A imprensa contribuiu para o conhecimento e propagação do tema das colónias nos seus leitores, dando destaque a acontecimentos ocorridos ou artigos relacionados que apresentavam expressões como «mostrar», «dar a conhecer», «divulgar» e conteúdo relativo a assuntos coloniais⁴⁰. Revistas e jornais publicavam regularmente notícias relativas à exposição colonial, artigos e imagens relacionadas com o evento destacavam aspectos da vida e dos habitantes das colónias, por vezes nas primeiras páginas da edição. Apreciada pelos artigos publicados, a exposição colonial portuguesa servia como prova irrefutável da ocupação dos domínios ultramarinos, sobretudo junto das restantes *potências* colonizadoras estrangeiras, e do interesse e esforço do país na exploração dos respectivos recursos e no cuidado para com as populações. Estava fixada a intenção pedagógica da exposição: uma *lição* da nação como comunidade política mais vasta e diferente daquela que era conhecida. Outra dimensão geográfica, outras

Compôr, por exemplo, uma colecção de trabalhos científicos de estudos, de assistência, como os ingleses apresentaram nas exposições de Antuérpia e Paris e como os franceses igualmente expuseram no seu certame do ano passado (...).

Igualmente se pode organizar uma demonstração da evolução da ocupação militar nas colónias até à fase da entrega do poder aos civis de todos os territórios nacionais pacificados.

A acção da soberania nacional através dos tempos, desde a alforria aos negros até às modernas reformas legislativas, códigos de indigenato, reformas sociais, cartas orgânicas, conselhos de colaboração local, assistência moral, etc.

Relêvo aos trabalhos e estudos etnográficos, geológicos, botânicos, cartográficos e tantos outros, mostrando, como dissemos, o trabalho desta geração, marcando-se posição, neste ponto, das colónias há 25 ou 30 anos e a de hoje (...). Excerto das considerações e sugestões feitas por J. Mimoso Moreira, sobre a necessidade de organizar uma Exposição nacional e aspectos a ter em conta quanto à respectiva organização. *Ibidem*, 57-58.

³⁸ Congressos e conferências de enquadramento colonial e ou imperial sobre ensino, antropologia, militar, economia.

³⁹ Numa visita feita a jornalistas e outros convidados, o director técnico Henrique Galvão explicou que “a realização do certame obedecia a um grande pensamento colonial”. A Nave Central “será aproveitada para, duma maneira, expressiva, marcar o passado, o presente e o futuro da nossa epopeia colonial. A entrada far-se-á por um «hall» onde a luz coada formará um ambiente místico (...). Na segunda divisão da nave ficará a documentação do nosso esforço no Ultramar desde há cinquenta anos, afirmando um magnífico sentido de ressurgimento nacional”. Sobre a forma de expor, refere “(...) utilizar-se-á, de preferência, o diorama cenográfico. Impressões vivas. Aspectos movimentados. Interêsse palpitante (...)”, em BGC, n.º 100 (Lisboa, Agência Geral das Colónias, Outubro, 1932), 177-179.

⁴⁰ A imprensa escrita serve-se de termos como «divulgar», «dar a conhecer», «familiarizar», «mostrar» em grande variedade de publicações periódicas e artigos, conforme analisado em Leonor Pires Martins, *Um Império de papel. Imagens do Colonialismo Português na Imprensa Periódica Ilustrada (1875-1940)* (Lisboa: Edições 70), 149.

fronteiras, diferentes tipos de habitantes, diversificados recursos, utensílios, formas de construção e artesanato.

Em termos de geografia e de público, as mensagens mostravam duplo sentido (para dentro e para fora do país). Para consumo interno importava fortificar a obra e o mentor: «Portugal pode, se nós quisermos ser uma grande e próspera nação. Sê-lo-á⁴¹».

As mensagens internas, destinadas a detractores e ao povo em geral, procuram valorizar a dimensão civilizadora do projecto colonial, criando uma mentalidade específica baseada no conhecimento e no envolvimento da população. Quer no texto da imprensa escrita quer nas ilustrações as imagens parecem procurar criar afinidades⁴² tais como as planícies alentejanas e os planaltos angolanos e moçambicanos, como que estabelecendo com o público a relação de pertença aos territórios ultramarinos e inúmeros recursos, consolidando o teor do Acto Colonial⁴³ de 1930 (que acabou por integrar a Constituição de 1933). No caso das camadas mais jovens⁴⁴, prepara-se o futuro pela via do ensino colonial, na estima pela causa colonial e nas vantagens de uma carreira de funcionário colonial para os jovens que importava aliciar e preparar.

Os resumos em idioma francês e inglês contidos em publicações, como o Boletim Geral das Colónias⁴⁵, colaboravam demonstrando o processo de afirmação da força física do Estado face ao interesse latente de outras Nações pelos territórios portugueses ultramarinos. A demonstração de domínio e a pedagogia imperial procurava maior abrangência de públicos, incluindo dos que *cobiçavam* os territórios portugueses.

O argumento da defesa dos territórios cobiçado por outras potências coloniais⁴⁶, funciona como tema federador do empenho em marcar posição de inflexível defesa do projecto colonial, justificando o empenho e a necessidade de *ensinar* à população da metrópole o projecto colonial delineado. Salazar reforça a liderança, imagem de timoneiro que enceta no “momento certo” a mudança na forma de ver e na forma de explorar as colónias, conferindo mística imperial ao projecto colonial e à figura do estadista. O hipotético “perigo” de ameaça e cobiça estrangeira não apenas fundamenta como reforça a autoridade de Salazar como líder do renascimento, do ressurgimento da política imperial, acabando por entusiasmar diferentes simpatizantes.

⁴¹ Frase de Salazar, dentro da estética fascista, como refere Maria Tereza Siza, dir. “A porta do meio. A Exposição Colonial de 1934. Fotografias de Domingos Alvão” (Porto, Centro Português de Fotografia, 2001), 172.

⁴² *Ibidem*, 158.

⁴³ Equivale à forma de relação política administra e financeira da Metrópole em relação às Colónias espécie de *unificação administrativa*. Decorre do diploma legal promulgado – Decreto-lei n.º 18570/1930, de 8 de Julho – que colocou fim a um período de relativa autonomia das colónias e deu início à posição centralista corporizada na expressão de *Império Colonial Português*. O diploma vigorou até 1951, ano da publicação do diploma que o substituiu e trocou a noção de «colónia» para «província ultramarina».

⁴⁴ O I Congresso de Ensino Colonial na Metrópole, realizado em 1934 inserido no projecto da Exposição, concluiu pela necessidade da defesa do Ensino Colonial nos Liceus, propondo alteração de programas das disciplinas para contemplar mais informação e aspectos relacionados com a causa colonial, pela constituição de museus e bibliotecas nos liceus, contendo referências coloniais mais específicas. As viagens, excursões e concursos vocacionados para os alunos dos liceus, relacionados com o tema, foram outros assuntos abordados.

⁴⁵ Maria Luísa Marroni, “Os outros e a construção da escola colonial portuguesa no Boletim Geral das Colónias (1925-1951)”, (Diss. Mestrado em História e Educação, Universidade do Porto), 15.

⁴⁶ Com destaque para disputa pelos territórios intentada pela Alemanha e Itália em Março de 1933.

Os responsáveis pela exposição colonial, defensores das colónias e do imperialismo que sustentaram a necessidade do certame, apelidaram de «capítulo do movimento nacional de ressurreição e de resgate», «ressurgimento da política imperial é uma realização do Estado Novo⁴⁷». Lembravam que apesar do «esforço e propaganda realizada nos últimos anos, as colónias eram ainda ignoradas pela maioria dos homens deste povo colonizador e mestre de colonizadores» e que as colónias «serviram para... cantar o Fado. Nunca se ensinara, nem ao povo nem aos homens de escola, o que eram, o que continham, o que significavam as colónias⁴⁸».

As mensagens internas demonstram, também, modernidade e sucesso. O sucesso conseguido na questão do equilíbrio financeiro, a ideia da estabilidade social conseguida pelo Estado (novo), e da modernidade, que se desenvolve a par da imagem da vasta dimensão territorial de Portugal.

A realização da Exposição Colonial Portuguesa, conseguida com sucesso (a par das que foram concretizadas por potências coloniais como Espanha, Bélgica, França) atesta, para visitantes nacionais e estrangeiros, a modernidade e o progresso do Estado executor. Expõe equipamentos e maquinaria (como, entre outros, fábricas, caminhos-de-ferro, portos fluviais e marítimos, e o teleférico) demonstrando capacidade de realização, imagem de dinâmica renovadora. Relativamente às colónias, confirma a posse e a exploração dos recursos existentes nelas. Acciaiuoli refere ser «o primeiro grande documentário realizado sobre a obra da Ditadura. A circunstância de António Ferro ter sido o seu autor e de ter tido igualmente o encargo de preparar a representação Portuguesa em Paris e Nova Iorque onde fixou o recorte de uma imagem moderna do Estado Novo, permite-nos julgar que tudo se jogou nestas exposições que prepararam e marcaram as opções estéticas verificadas na magna exposição do Mundo Português⁴⁹».

O reconhecimento e de defesa imperialista são introduzidos no universo mental através de uma espécie de didáctica – dar a conhecer para melhor defender – recorrendo a diaporamas, esculturas, cerimónias e outros mecanismos mais facilmente compreendidos pelas massas iletradas.

As mensagens sensoriais que foram utilizadas na exposição colonial portuguesa foram pensadas desde o início, com a escolha do espaço público – Jardins do Palácio de Cristal – com árvores frondosas e alamedas largas, invocam florestas tropicais, pontuadas com aldeias típicas edificadas em espaços pensados para a representação da vida de cada território exposto. Outras encenações foram pensadas para permitir a experiência de visita de conhecimento *do* império português *comparável à visita de estudo* que são realizadas para professores e estudantes⁵⁰,

⁴⁷ Maria Tereza Siza, dir. "A porta do meio. A Exposição Colonial de 1934. Fotografias de Domingos Alvão", 167. Mensagem incluída no interior do Palácio, no palco ao fundo da nave, na designada alegoria do futuro Império.

⁴⁸ Henrique Galvão, "Primeira Exposição Colonial Portuguesa" in *Relatório e Contas* (Lisboa: Divisão de Publicação da Agência Geral das Colónias, 1935), 12-13.

⁴⁹ Margarida Acciaiuoli, "Exposições do Estado Novo : 1934-1940" (Lisboa, Livros Horizonte, 1998), 10.

⁵⁰ Referências à preparação de visitas de estudo às colónias (de académicos) surgem no Boletim Geral das Colónias desde 1929. O número de Junho de 1929 reproduz uma notícia, publicada em *O Século*, sobre a preparação da visita de professores e estudantes da Universidade de Coimbra às Colónias, promovida pelo então ministro da Educação, Gustavo Cordeiro Ramos e patrocinada pela Junta da Educação Nacional, em "Missão de Professores e estudantes às colónias", *Boletim Geral das Colónias* (Ano V, n.º 48, 1929), 118.

numa lógica de educação pública. A visita ao império português reedita a estratégia lúdico-turística fomentada pelo evento francês, em 1931, de permitir dar uma *volta ao mundo em um dia*.

Os sentidos são especialmente estimulados pelas obras de arte idealizadas – com destaque para o *Monumento ao esforço do colonizador*, da autoria de Ponce de Castro, composto por bloco de granito rematado com brasão de armas e sustentado por seis figuras alegóricas (mulher, missionário, militar, médico, colono, comerciante). Património artístico edificado para compreensão de acontecimentos que sendo escritos, em texto, não seriam apreendidos pela maioria da população visitante. Este monumento, em particular, simboliza o Império como sustentáculo da identidade nacional e encontrava-se habilmente localizado na entrada da exposição, de frente para o Palácio de Cristal, encenando a recepção em *mística imperial*⁵¹: a missão civilizadora e missionária do povo português, a ideia da unidade indissolúvel do império defendida pelo Ministro das Colónias Armindo Monteiro.

A par da escultura e de frases sentidas, nos espaços e na reutilização do edificado pré-existente, pontuavam vários monumentos dedicados à obra portuguesa de colonização e de expansão, e na reprodução de monumentos emblemáticos de algumas colónias (como o Farol da Guia de Macau, o Arco dos Vice-Reis da Índia, o Templo Hindu) que engrandeciam, na exposição, a fronteira metropolitana.

Os fundamentos do Império (a extensão e diversidade territorial) podiam, assim, ser apreendidos pelos sentidos (em especial pela visão), preenchendo a incapacidade de acesso e de compreensão da informação escrita. Para chegar ao público letrado, a organização do evento contou com a cumplicidade da imprensa escrita produzida sobre o tema da exposição colonial. O tema das colónias abunda na imprensa, em publicações periódicas. Além do assinalável número de artigos dedicados à exposição e às colónias, os artigos merecem destaque pela disposição nas páginas e, por vezes, nas próprias capas (escolha de tipos africanos para a capa como se verificou com a Revista Civilização, em Junho de 1934, no número dedicado à exposição que escolheu uma foto da balanta Rosinha⁵²). Lado a lado notícias de uma e outra parte do território, quase não se distinguindo se o objecto da notícia (ou da imagem no jornal ou na revista) é do território de quem ou de além-mar.

Encarada a abrangência mais ampla, a Exposição Colonial de 1934 pode ser percebida como forma de *ofensiva patriótica e pacificadora*, semelhante à que levou à colocação dos retratos dos chefes de Estado e do Governo nas escolas⁵³. Os organizadores do evento, os intervenientes, os criadores e desenhadores, «estavam perfeitamente conscientes da capacidade de um artefacto mudar o seu significado de acordo com o local onde fosse exposto (...) dependia

⁵¹ Yves Léonard, "O Império Colonial Salazarista" in *História da Expansão Portuguesa*, Volume 5, *Último Império e Recentramento (1930-1998)*, eds. Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri (Lisboa: Temas e Debates, 2000), 24.

⁵² A Rosinha, uma rapariga balanta que participou num concurso de beleza africana realizado durante a Exposição Como, retratada em pose composta e busto nu foi capa da revista Civilização no número duplo dedicado à exposição.

⁵³ Margarida Accaiaiuoli, "Exposições do estado novo : 1934-1940" (Lisboa: Livros Horizonte, 1998).

da capacidade dos comissários e projectistas em fazer passar determinada mensagem através de uma miríade de diferentes técnicas museográficas»⁵⁴.

2.1.1 A «lição»

A exposição colonial constituiu, por resolução, um marco e acto de pedagogia colectiva, como fica patente em discursos do responsável técnico que a qualifica como «primeira lição de colonialismo dada ao povo português, com bastante poder de expansão para alcançar todas as almas e todas as razões, com bastante soma de elementos para convencer os mais renitentes, com bastante originalidade de processos para ensinar os menos letrados e os próprios analfabetos»⁵⁵, «o povo humilde desta cidade, a massa anónima (...) que compreendeu melhor do que muita gente culta que era para ele a Exposição e que era a sua alma que o certame procurava»⁵⁶, explicitando que «Tudo foi organizado e orientado de forma a constituir uma lição simples, fácil e emotiva – lição para todos, na generalidade, e para o povo especialmente».

«[...] A 1.ª Exposição Colonial Portuguesa, que no Porto se vai realizar de Junho a Setembro de 1934, pretende ser a lição de colonialismo que ainda não foi dada ao povo português – lição que procurará rigorosamente apresentar expressões, não só de ordem moral, política e espiritual, mas também de ordem económica. Não podem amar-se as Colónias sem se conhecerem e não se podem conhecer através de simples palavras quentes ou duma catequese sentimental [...] Através de toda a exposição procurar-se-á, sobretudo, dar uma lição ao povo : com simplicidade, com poder emotivo e pitoresco, com os elementos por vezes ingénúos que impressionam e ensinam porque para o povo é e deve ser a Primeira Exposição Colonial Portuguesa. E se aqueles que passarem pela Exposição vierem a substituir os seus possíveis preconceitos por uma ideia exacta, ou a iluminar a sua ignorância com um conhecimento novo, ou ganhar uma nova fé no nosso futuro de potência colonial – terá a Exposição alcançado certamente o mais nobre dos seus objectivos»⁵⁷.

Estava garantida a função didáctica da exposição: dar a conhecer a vastidão territorial do Portugal ultramarino e os amplos recursos e oportunidades, envolver a população metropolitana (e das colónias) no projecto e na política imperial. *Lição* pensada para *toda o tipo de públicos* (letrado e não letrado) para ser ministrada num espaço público. Envolve o público analfabeto através de *catequese sentimental* (sensitiva e muito visual).

A utilização de cerimónias evocativas da história das colónias e da metrópole durante a Exposição; as inúmeras representações que apelam aos vários sentidos⁵⁸ (em estátuas, em diaporamas); as frases estrategicamente colocadas; a adequação do espaço (edificado e jardim urbanos) em universo das colónias; a evocação dos feitos e dos bravos do passado histórico e

⁵⁴ Cristina Pimentel, "O Sistema museológico português (1833-1991). Em direcção a um novo modelo teórico para o seu estudo (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Para a Ciência e Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2005), 129-134.

⁵⁵ *Ibidem*, 14, 30.

⁵⁶ *Idem*, 14.

⁵⁷ "A Primeira Exposição Colonial Portuguesa. Objectivos. Organização. Disposições oficiais", in *Regulamento Geral*, (Porto: Oficinas Gráficas da Sociedade de Papelarias, Lda., 1933), 7-9.

⁵⁸ Jurgen Schriewer, *Remodelling Social Order Through the Conquest of Public Space: Myths, Ceremonies and Visual Representations in Revolutionary Societies*, (Leipzig: Leipziger Univ. – Verl., 2009), 8-26.

mitos, corroboradas pelas expressões, adjetivos e verbos utilizados pela imprensa escrita⁵⁹ contribuem para a visão unitária da nação e servem o programa imperial.

O espírito edificante da exposição confunde-se com a Nação (colonial e metropolitana) e esta com Salazar, figura de douto protector, gerador de uma nova ordem. Para futuro fica a imagem da Nação representada por uma frase "Portugal não é um país pequeno".

2.2 Afinidades com evento anterior

Os estudos comparativos permitem analisar as funções que cumpre cada um dos meios utilizados pela pedagogia cerimonial. O sentido estético, as formas de representação e novas concepções da ordem social base, auxiliam a função instrumental da pedagogia cerimonial quando estudada com vista à disseminação de programas legitimadores dos mitos e ideologias. A exposição colonial portuguesa recolhe contributos de mostras e exposições internacionais, nas quais Portugal participa ou se faz representar e uma análise detalhada permite encontrar referências comuns. Parece pertinente enunciar alguns aspectos experimentados na Exposição Colonial de Paris que foram, posteriormente, replicados no evento português.

Encaradas pelos atributos com que foram qualificadas, as exposições de Paris e do Porto sustentam a ideia de *missão* e a adequação surge ao nível dos discursos, especialmente, a tese do imperialismo sustentado em três mitos político, económico e moral⁶⁰. No caso português verifica-se adaptação de paradigmas e uso de estratégias diversa das utilizadas no evento que lhe serviu de exemplo. A questão colonial portuguesa centra-se na alegação de que a missão da metrópole é a exploração das colónias, constituindo a marca do imperialismo português, que interpreta essa missão como uma solução para a crise em que o País se encontrava, angariando o apoio económico das colónias à metrópole, *mito económico* comum aos dois países. O imperialismo francês foi dominado por concepção de acumulação de território, conquista para impedir ataques (sendo o caso Francês, entendido como processo de colonização secundária que tem como inspirador uma colónia e não a metrópole).

O evento portuense, em 1934, restaura como apologia a *missão civilizadora de Portugal*: a vocação e o dever moral de Portugal colonizar, de promover a defesa indefectível das populações colonizadas. Argumentos similares aos que tinham sido utilizados no evento francês que se autoproclamava *boa nação colonizadora*. Ambos reflectem a consciência ideológica, a consciência da nação e dos valores que representa (valores que entende dever propagar muitas vezes recorrendo à legitimidade concedida pelo passado heróico ou glorioso da sua História) e a exaltação do orgulho pátrio. O evento português recupera os feitos dos valorosos navegadores e descobridores, no caso francês, defendeu-se o legado da paz, o triunfo do direito, a justiça e a emancipação dos povos⁶¹.

⁵⁹ Leonor Pires Martins, *Um Império de papel. Imagens do Colonialismo Português na Imprensa Periódica Ilustrada (1875-1940)*, 149.

⁶⁰ François Zai (s/d). "Le Mythe de l'Imperialisme dans l'apresse nationale française lors de l'Exposition Coloniale Internationale de 1931" in (Diss. U.E.R. des Sciences Historiques et Geographiques. Lion: Université de Lion, s/d), 11.

⁶¹ Referidos como "atrasados".

A experiência de vida dos responsáveis técnicos de cada um dos eventos é análoga. Quer Galvão quer o Marechal Louis Hubert Gonzalve Lyautey figuram como militares de carreira e tiveram experiências vividas fora do contexto europeu⁶².

As similitudes podem ser vistas na geopolítica, na utilização gráfica e nos epítetos. Em 1934 a vastidão do império português surge interpretada em mapa colorido, representativo da amplitude do território português, em mancha, sobreposto ao espaço da Alemanha, França e Europa Central, com o título «Portugal não é um país pequeno». Este mapa recorda a mensagem utilizada em 1931, em Paris, proclamando «plus grande France», «territoire couvrant vingt deux fois celui de la métropole, où flotte le drapeau tricolore».

A utilização do evento como sendo uma *aula*, não é inovadora. A importância da exposição portuguesa para o conhecimento («ensinamento») do *vasto e inexplorado território lusitano* que, na década de trinta do século vinte, permanecia desconhecido para a maior parte da população metropolitana, a função didáctica plasmada na «lição de colonialismo» oferecida ao povo português, recorda a função atribuída pela imprensa francesa à Exposição de Vincennes, em 1931, designando-a de «une merveilleuse leçon dès choses. Elle donne à tous, un moyen parfait de connaitre les contrées dites “mysterieuses” qui sont restées jusqu’à ce jour, le royaume des explorateurs⁶³».

Igualmente a questão da *escassez de meios* consta da documentação e artigos de imprensa de ambos os países. Os intervenientes e responsáveis pela organização de ambos os eventos advogam a concretização dos mesmos com *poucos recursos e ou escassez de meios*. Após a realização do evento português, o director técnico enfatiza o equilíbrio das despesas com as receitas, como que seguindo o exemplo do equilíbrio pretendido pelo timoneiro para o País, o *homem do leme*⁶⁴ (António Salazar).

2.3. O *Outro*⁶⁵ na Exposição

O espaço da exposição recriou a ambiência das colónias envolvida por modernismos da metrópole. A representação etnográfica (uma das quinze áreas da secção oficial da exposição), contemplou a presença e a exibição de nativos e nativas das colónias, alojados em habitações típicas (construídas pelos próprios nos dias que antecederam a inauguração), encenando povoados, expôs os modos de vida e de organização familiar, usos e costumes, trajes e rotinas típicos das respectivas proveniências, engendrando representações estereotipadas, admitindo

⁶² Henrique Galvão viveu em Angola, enquanto governador e Hubert Lyautey viveu em Marrocos.

⁶³ François Zai (s/d). «Le Mythe de l’Imperialisme dans l’apresse nationale française lors de l’Exposition Coloniale Internationale de 1931” in (Diss. U.E.R. des Sciences Historiques et Geographiques. Lion: Universite de Lion, s/d), 83.

⁶⁴ A peça escultórica “Rumo às Colónias”, alegoria ao Grupo da Navegação, peça atribuída a Américo Gomes. Representa um timoneiro que manobra o barco (alegoricamente no meio de uma tempestade como lembra a pintura de Theo van Rysselberghe, datada de cerca de 1892, intitulada «The Man at the Helm»).

⁶⁵ A presença do *outro* na Exposição deve ser entendida como refere António Nóvoa, com a colaboração de Tali Yariv-Mashal “Vers un Comparatisme Critique. Regards sur l’éducation” (Lisboa: Cadernos Prestige 24, Educa, 2005), 10. Define-se pela capacidade de organizar e de transformar um conjunto assinalável de elementos e ou informações que colocam no mesmo espaço o *eu* e o *outro*, resultando num processo de inclusão e de discriminação a vários níveis e com diversas hierarquias que separam os diferentes mundos existentes no mundo.

tais comunidades *imaginadas*⁶⁶ como estando em Cabo Verde, na Guiné, Angola, Moçambique, Índia ou Timor, modelos vivos numa espécie de diapositivo folclórico, cristalizado. Na organização foi também pensada a fabricação de produtos típicos e consequente comercialização directa ao público (num possível primeiro contacto com artefactos e artesanato característico das então colónias).

Os exemplares de animais e de humanos das colónias, o parque zoológico e o parque de diversões (luna parque) servem para atrair público à exposição. O exotismo das populações humanas expostas foi projectado e compreendido como um fim em si, pouco serve outros objectivos «sem negros e sem negras, a Exposição atrairia, afinal, pouca gente (...) Os indígenas porque são pretos, porque são amarelos, porque são pardos, da cor do chocolate, da cor da cidra, da cor do bronze, têm o favor incontestável do público⁶⁷». O povo das colónias, distingue-se do povo da metrópole, como um *outro* em espaços confinados (não são jaulas, mas os espaços são circunscritos), orientando os olhares e distraindo os visitantes (não servem para ensinar).

O espaço da mostra estava ainda pontuado por referências e equipamentos modernos, sofisticados (postigos), como o teleférico que circulava sobre aldeias de palha ou madeira ou o comboio eléctrico que transitava cheio de passageiros pelas alamedas, contornando aldeias e indígenas. A nação exposta e a nação visitante atestam o enorme desfasamento existente entre a população da metrópole e a população das colónias e, acima de tudo, evidenciam o discurso e a prática no período de construção do império colonial português⁶⁸ e da identidade unitária de uma só nação.

A monopolização visual e auditiva do espaço público é óbvia e a penetração é feita através de um catálogo de símbolos particulares, apropriados com o objectivo de mostrarem, imporem (interpretando ou substituindo) as representações existentes, admitem nova récita, pela via da pedagogia, associada à ideia de progresso.

A ideia de desenvolvimento é conseguida de forma objectiva e imediata pela exibição dos equipamentos expostos no espaço da Exposição, nos diversos mostruários da secção particular (caminhos-de-ferro, portos marítimos, nova arquitectura, reconstrução de cidades, escolas, fábricas e outros) e, ainda, pelas populações desnudadas que usam artefactos rudes e residem em habitações precárias. Símbolos e estratégias que sustentam a ideia da necessidade de trazer os povos do império ao limiar de modernidade, ou do progresso alcançado pelo país. Da factível capacidade de levar modernismo às colónias e aos habitantes nelas.

A noção das diferenças existentes entre uns e outros (o *eu* e o *outro num* mesmo espaço) destaca o *outro*, aquele que está exposto, realçando a percepção do que diferencia. Contribui,

⁶⁶ O conceito de *comunidade imaginada* foi apropriado de Benedict Anderson, "Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e a expansão do Nacionalismo (Lisboa: Edições 70, 2005). Este autor defende que todas as comunidades são imaginadas e o que as distingue é sobretudo o modo diferente como são imaginadas.

⁶⁷ Artigo do Jornal «Crónica da Tarde», de 22 de Julho de 1934, citado em Maria Tereza Siza, "A Porta do Meio. A Exposição Colonial de 1934", 112. Artigo do Jornal Comércio do Porto, atribuído ao jornalista Hugo Rocha (ou do jornal Comércio do Porto Colonial, versão concebida para a Exposição Colonial com tipografia e stand na própria) em Leonor Pires Martins, *Um Império de papel*, 146.

⁶⁸ Em Maio de 1930, no III Congresso Colonial Nacional na Sociedade de Geografia de Lisboa (8 a 15 de Maio de 1930), Armindo Monteiro (co-autor do Acto Colonial) defendeu uma posição centralista materializada na expressão de *Império Colonial Português*.

por um lado, para destacar a ideia de modernidade de uma das partes e reforça a representação de grandeza da nação de ambos.

O público vai à exposição, ao encontro do *outro* (num primeiro contacto com a alteridade), incentivado pela propaganda ambígua que, por um lado, convida para um espectáculo típico de parque de diversões e, por outro, para uma *verdadeira lição de colonialismo*. Preparado para receber o visitante está um conjunto de informações que coloca no mesmo espaço o *eu* e o *outro*, criando um processo de inclusão que é também de discriminação. Alarga a percepção de mundos no mundo, justifica comparação e exemplos com diferentes níveis e hierarquias. O visitante confronta-se com um *outro* que o aguarda, exposto, para ser visto como *ser inferior*.

A racionalidade científica da alteridade admite hierarquias raciais que são disseminadas pelas exposições étnicas e, como na exposição colonial portuguesa de 1934, facilitam a fabricação do ser humano *exótico*, do *selvagem*, do *atrasado*. A percepção da *inferioridade dos povos exibidos* resulta das construções perenes (como que em patamares inferiores da evolução humana), é sublinhada no mesmo espaço físico circunscrito para uns e de livre circulação para outros, nomeadamente para visitantes metropolitanos, europeus, vestidos, e é frisada pela parafernália eléctrica ou mecânica moderna, legitimando a ideia de *povos colonizáveis*⁶⁹. Ao exporem seres humanos, como *diferentes*, como *inferiores*, as nações imperiais adquiriram argumentos legitimadores das políticas concretizadas nos espaços ultramarinos.

A utilização de esquemas de exibição etnográfica idênticos em diferentes locais do hemisfério norte (Europa, Estados Unidos da América, Japão), que em comum acentuam o exótico, constitui um evidente exemplo de circulação de modelos e de homogeneidade cultural do mundo ocidental. As estruturas de narração presentes neste tipo de exibição, com seres humanos (*zoológicos humanos*) dispensam outras explicações.

O cenário de exotismo, original e sensacional, bastava para compreender os princípios que suportam. A actualidade do tema, a urgência colonial e a vontade política dos vários intervenientes interessados na realização do evento, não seriam por si só motivos suficientemente válidos para levar público à Exposição Colonial realizada no Porto, porém a concretização da exposição com aldeias das colónias (recriadas com fulas, balantas, bijagós, hindus, timorenses e outros *exóticos*), expostos de forma individual ou organizados em grupos de família, povoações de diferentes regiões da *nação portuguesa*, compensam na metrópole, pela função da *excentricidade*, a representação (e a mensagem) do desfasamento existente entre o *nós* (europeu) e o *outro* (não europeu) cooperando para desenvolver o vínculo (*a missão*) do Estado em civilizar o *outro*, missão que poderia ser conseguida pela nação colonizadora.

Deste ponto de vista, a Exposição Colonial Portuguesa, de 1934, admite outra ideia de modernidade e de competência tecnológica: a missão de civilizar substitui a conquista (característica do passado e dos governos anteriores) garantindo, de uma forma diferente da que foi adoptada pelos anteriores governantes (que não souberam impedir que o povo se mantivesse *atrasado*), que o novo estado estava empenhado em gerir todos recursos das colónias.

⁶⁹ Pascal Blanchard, "La longue histoire du zoo humain" in *Zoos humains et exhibitions coloniales. 150 ans d'inventions de l'Autre, La Découverte*, dir. Pascal Blanchard, Nicolas Bancel, Gilles Boetsch, Éric Deroo, Sandrine Lemaire (Paris, 2011), 9-61.

Associada a esta ideia está uma nova liderança (Estado Novo) que procura passar a mensagem de pretender *cuidar*, civilizar e rentabilizar as colónias e recursos nelas.

Quanto ao conceito subjacente à exibição das populações nativas nas duas exposições coloniais, o evento português parece ter recuperado paradigmas de exibição de humanos frequentemente usados em exposições anteriores à de Paris. A exposição parisiense, em 1931, procura evidenciar um entendimento renovado de representação. As autoridades coloniais promotoras do evento francês (Lyautey) determinaram inibir espectáculos feitos com recurso a características raciais «étnicas» da população colonial, evidenciando um novo «humanismo colonial» testemunho da dimensão do império, riqueza, economia e cultura local. Em 1934, como que em *contra ciclo*, perduram os elementos *exóticos* ou *rácicos* (a cor da pele, os troncos nus, os instrumentos rudes, o imaginoso e acessório, como o concurso que elegeu a *Rainha da Exposição* e damas de honor, entre as quais a Rosinha, e o aproveitamento feito da em torso nú reproduzida⁷⁰).

Em suma, no Porto, em 1934 (e mesmo em Lisboa, em 1940) persistem elementos de exposições *racializadas* das populações coloniais cuja intencionalidade política visa, mais do que dar a conhecer as populações do Império, justificar a missão civilizadora e comprovar que as populações a aceitam voluntariamente a colonização e a defendem⁷¹.

3. A pedagogia cerimonial⁷² aplicada à Exposição colonial de 1934

O termo *cerimónia* procede do campo da Filosofia, descrito como sequência de acções humanas que representam simbolicamente a ordem estabelecida. Pode ser, quanto à natureza, celebrações, comemorações ou outros eventos e, quanto forma os eventos podem ser solenes ou mais informais. Da junção dos vocábulos “pedagogia” e “cerimonial” resulta o conceito unidade de análise em estudos históricos. Na obra coordenada por Jurgen Schwriever aqui evocada, a pedagogia é analisada através de estudos comparativos que analisam a aplicação do conceito em contextos pré-revolucionários, destacando aspectos comuns (como a necessidade de re-socialização da sociedade, a importância do espaço público, a mobilização social e a homogeneidade cultural, contextos excepcionais, imperativos de modernização em horizontes temporais curtos).

Optámos pela análise instrumental da *pedagogia cerimonial*, pelo lado cultural procurando identificar o espaço, o conjunto de estruturas simbólicas, e representações sociais e motivações evidenciadas na exposição colonial portuguesa, identificando indivíduos e grupos de indivíduos empenhados na mudança planeada legitimar opções políticas em curso e para a

⁷⁰ A Rosinha, a jovem balanta, com o torso nú, que foi imagem da capa da Revista *Civilização*, no número dedicado à Exposição Colonial Portuguesa, em 1934.

⁷¹ Nicolas Bancel, Pascal Blanchard, “Le fin des zoos humaines” in *Zoos humains et exhibitions coloniales. 150 ans d’inventions de l’Autre, La Découverte*, dir. Pascal Blanchard, Nicolas Bancel, Gilles Boetsch, Éric Deroo, Sandrine Lemaire (Paris, 2011), 511-544.

⁷² Conceito formado pelos dois vocábulos “pedagogia” e “cerimonial” fora do objecto de estudo ou dos manuais das ciências sociais e ou políticas. A aproximação ao sentido pretendido considerou conceitos similares como “cerimónia” ou “estudos cerimoniais” do campo da Filosofia. Os estudos históricos sobre a Revolução Francesa originam o conceito de pedagogia cerimonial delineando a aplicação pedagógica espacial do facto e o conjunto de mensagens sensoriais (muito visuais) adoptadas pelo Estado para incutir nas multidões, pela encenação, a nova ordem.

disseminação de programas legitimadores do programa encetado (*mitos, ideologias*), as estratégias criadas para garantir o envolvimento da sociedade metropolitana (*re-socialização*)⁷³.

No período de 1933-1936, *de consolidação* do Estado Novo, o ano de 1933 foi especialmente significativo pela aprovação da "Constituição Corporativa" e do Estatuto do Trabalho Nacional, pela criação do Secretariado da Propaganda Nacional, da Polícia de Vigilância do Estado e dos Tribunais Militares Especiais e, ainda, pela oficialização da Acção Católica Portuguesa (e extinção do Centro Católico Português) e, entre pela preparação de eventos como a exposição colonial. Na concepção e no desenvolvimento, a primeira exposição portuguesa insere-se num contexto ruptura com o passado próximo e serve para a afirmação da nova ordem com transformação na sociedade portuguesa. Esta mudança encerra o tipo de conhecimento sobre as questões coloniais e a ideia da nação unida.

A primeira exposição colonial esperada como «primeira lição de colonialismo dada ao povo português, com bastante poder de expansão para alcançar todas as almas e todas as razões, com bastante soma de elementos para convencer os mais renitentes, com bastante originalidade de processos para ensinar os menos letrados e os próprios analfabetos⁷⁴» deve ser encarada quanto à escolha do espaço público para uma vasta cena de instrução, pela informação uniformizada, planeada e desenvolvida por intervenientes ligados ao poder vigente (ou identificados com o projecto colonial), e pelos fins de natureza comportamental, de pertença a um território vasto. O conhecimento das diferentes colónias – a vastidão territorial, a abundância e riqueza recursos – na sociedade é concorde com o rumo definido pelo novo governo: incutir uma cultura imperial na população metropolitana, base da política ideológica, federadora, de unidade nacional. A exposição deve, ainda, ser encarada pelos objectivos consistentes para alcançar envolvimento de toda a nação na divulgação da mensagem de reorganização do estado, para realçar a legitimar o líder, neste caso recorrendo à encenação da presença sentimental (mais do que pela presença física), e às referências e frases curtas que lhe eram atribuídas.

A emulação em demonstrar modernidade e efectiva colonização (face ao atraso ou ameaça de intervenção externa) levam a que a direcção política vigente recorra à encenação com técnicas extraordinárias, para apresentar, representar e comunicar o projecto imperial, anulando o passado político de *desordem*, rompendo com aquele e introduzindo nova *ordem* que passa pelo controlo, centralização e rentabilização das Colónias. Deste prisma, a exposição concorre como oportunidade para o projecto de *re-socialização massivo* da sociedade portuguesa metropolitana, prescindindo das referências do período anterior a 1926 e para evidenciar uma nova ordem e a obra conseguida pelo Estado Novo, modelando o conhecimento da população portuguesa e a sua importância conformando-o com sua posição no império português.

⁷³ Jurgen Schriewer, «“Ceremony Pedagogy” in Revolutionary Societies: Public Staging and Aesthetic Mass Inculcation in Meiji Japan, the early Soviet Union and Post-1910 Mexico» in *Remodelling Social Order Through the Conquest of Public Space: Myths, Ceremonies and Visual Representations in Revolutionary Societies*, ed. Jurgen Schriewer (Leipzig: Leipziger Univ. – Verl., 2009), 14.

⁷⁴ “Primeira Exposição Colonial Portuguesa” em *Relatório e Contas* (Lisboa: Divisão de Publicação da Agência Geral das Colónias, 1934), 14.

A percepção de *imperativos de modernização*⁷⁵ em curtos horizontes temporais ajusta-se, no caso português com posições externas no sistema estatal internacional, de utópica parcialidade quanto ao futuro das colónias face à cobiça velada e manifestada por potências estrangeiras. Espécie de consciência remota do relativo atraso no processo de modernização e industrialização e, concomitantemente, relutância quanto ao poder rival, à superioridade tecnológica e militar de outras potências internacionais.

Empenhados no projecto imperial estão os promotores desta primeira exposição colonial portuguesa. Vários intervenientes em diferentes níveis, desde a chefia ideológica e orientação intelectual – com altos responsáveis políticos como o Ministro das Colónias, as instituições de propaganda, como a Agência Geral da Colónias, secundada por outros agentes de carácter mais executivo (concebem as mudanças de programa e formas de organização)⁷⁶, os representantes locais que garantem o apoio necessário para o desenvolvimento e sucesso do projecto (autarquia portuense, clero nortenho, associações industrial, comerciais e profissionais, representações concordes ou dissonantes (a controvérsia coopera também para vulgarizar mensagens) e a cooperação da imprensa.

O envolvimento pretendido do público foi conseguido pelos sentidos, pelo visual, combinando as diversas formas de representação (como cerimónias públicas, cortejos alegóricos, desfiles e multidão, deposição de flores nos túmulos), aliadas a uma *arquitectura falante*, narrativa mítica em esculturas fulcrais da exposição, reforçada por mensagens curtas e precisas do líder (Salazar)⁷⁷, por monumentos carregados de simbologia de fácil reconhecimento e pelos símbolos da nação resultantes da memória histórica, evocando um sentido de proximidade e pertença, de identidade e de legitimidade, a unidade indivisível do império português.

Afastando a ordem antes estabelecida, avoca-se a *glória sacral* na figura do líder carismático (Salazar) obtida através de montagem de técnica de prestígio conseguida igualmente pela pedagogia cerimonial.

A necessidade de dispor e de usar recorrentemente expressivos meios não escritos, para as propostas de mobilização social e persuasão massiva da população adulta, converge com o contexto de iliteracia que caracteriza o público-alvo da exposição colonial de 1934, como uma tarefa de comunicação das visões de transformação radical do País, e de reorganização do Estado e da Sociedade, através da emotividade estetizando e gravando estas visões nos corações e nas mentes. Paralelamente, sugere modernidade, tecnologia comercial e industrial, regalias da colonização – como meios de comunicação como o caminho-de-ferro, portos marítimos, aspectos relacionados com a higiene e saúde nas colónias ou com as missões religiosas, e intenso uso da fotografia.

⁷⁵ Expressão utilizada por Samuel Eisenstadt, "Patterns of Modernity" (London: Frances Pinter, 1996). Este autor, que estudou a civilização japonesa, em especial o processo de modernização iniciado no século XIX, defende a modernidade como representação de um novo tipo de civilização global, adoptado segundo diferentes padrões de significação e de organização e que configurações socioculturais específicas (como revelou o caso estudado) têm potencial para desenvolver programas de modernização autóctones.

⁷⁶ A direcção superior foi constituída pelo director técnico, Henrique Galvão, director adjunto, José Mimoso Moreira e o adido, Carlos Nápoles.

⁷⁷ Colocadas nas paredes interiores do Palácio de Cristal, apelidado de Palácio das Colónias.

4. Conclusão

O estudo da exposição colonial realizada no Porto, em 1934, admite sinais da transformação pretendida para sociedade portuguesa: de ruptura com os valores do passado próximo para adopção de outros conformes com a ordem estabelecida. A mudança é conseguida com recurso a um conjunto de instrumentos eminentemente sensoriais (visuais, sobretudo) nos aspectos sócio-culturais e ao nível político, a representação unificada da nação. A simbologia empregue fundamenta a nova ordem sócio-política, reforço da ideia e política imperiais, compreendida pela associação feita aos princípios do domínio e da ressurreição capaz de influir na sociedade individual e colectivamente. A monopolização do espaço público com um conjunto de símbolos visuais remetem para outros tempos, encenando, reinterpretando, ou substituindo figuras, regras e valores anteriores ao golpe militar de 28 de Maio de 1926.

Os promotores do evento, que representam a nova ordem estabelecida, escolhem o espaço para encenar uma lição de colonialismo (espaço público), garantem o sucesso da encenação e a massa de visitantes na audiência determinada, recorrendo a esquemas trestados em eventos anteriores. O público da «1ª Primeira Exposição Colonial Portuguesa» é aquele que resulta da junção do urbano e do rural, da cidade e do campo, grande parte iletrado. É, ainda, o público que sendo letrado⁷⁸ ou artista, não se envolveu nas questões coloniais e não coopera na missão. Mas esta exposição desejou chegar mais longe, a outro público: a Europa⁷⁹.

Quanto à utilização pedagógica, a exposição engendrou no aparato das estruturas simbólicas, nas representações sociais, no espaço público e nos aglomerados de visitantes, os espaços e ambientes apelativos (e impressivos) para a *lição de colonialismo* dada à sociedade metropolitana no espaço público, organizada com informação uniformizada, sofisticada e impressiva, planeada e desenvolvida por intervenientes ligados ao poder vigente (ou identificados com o projecto colonial), com argumentos que, por um lado, fundamentam a ruptura com o passado anterior ao Estado Novo, pela via do conhecimento da extensão territorial da Nação e dos humanos nela – “Portugal não é um país pequeno” – e, por outro, potenciam o sentido de unidade e de pertença ao império e de identificação com sua liderança.

⁷⁸ “A ideia da exposição nasceu, por consequência, da incapacidade que as palavras demonstravam no meio da propaganda, de convicção e de ensinamento”, em “Como nasceu a ideia da exposição” in *O Livro da Exposição. 1.ª Exposição Colonial Portuguesa* (Porto, 1934), 3.

⁷⁹ “A imprensa de todo o mundo definiu-a como um acontecimento europeu (...)” em “O estrangeiro e a Exposição” in *O Livro da Exposição. 1.ª Exposição Colonial Portuguesa* (Porto, 1934), 7.

